LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETINGA
PROJETO LEI DE - LDO 2023
GESTOR: RODRIGO HAGGE COSTA

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETINGA
GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 1.542/2022

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS EXERCÍCIO2023

05 DE JULHO DE 2022

1. PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS.
1.1 PROJETO DE LEI

2. ANEXO DE RISCOS FISCAIS
2.1 DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

3. ANEXO DE METAS FISCAIS
3.1 DEMONSTRATIVOS 1 - METAS ANUAIS
3.2 DEMONSTRATIVO 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
3.3 DEMONSTRATIVO 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
3.4 DEMONSTRATIVO 4 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
3.5 DEMONSTRATIVO 5 - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
3.6 DEMONSTRATIVO 6 - PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
3.7 DEMONSTRATIVO 6 - RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
3.8 DEMONSTRATIVO7 - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
3.9 DEMONSTRATIVO 8 - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

4. ANEXOS COMPLEMENTARES
4.1 METAS E PRIORIDADES
4.2 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LEI MUNICIPAL 1.542/2022

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS EXERCÍCIO 2023

1. PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

1.1 PROJETO DE LEI

LEI MUNICIPAL Nº 1.542 / 2022.
05 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2023 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE ITAPETINGA, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sancionei e promulgo a seguinte lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Ficam estabelecidas, em conformidade com disposto na Constituição Federal, na Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101, de 04 de maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício financeiro de 2023, compreendendo:

I - as Metas e os Riscos Fiscais da Administração Pública Municipal;
II - as prioridades e metas para o exercício financeiro de 2023;
III - diretrizes e disposições específicas, relativas à elaboração e execução da lei orçamentária anual do Município;
IV - disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
V - disposições relativas à dívida pública municipal;
VI - disposições relativas à política e despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
VII - disposições gerais.

Parágrafo único. Esta Lei compreenderá, também, excepcionalmente, a definição da estrutura, organização, elaboração, alterações e execução do orçamento municipal.

Art. 2º. Para efeito desta Lei são adotados os seguintes conceitos e definições:

I - Entendem-se como Despesas Fixas Obrigatórias os seguintes gastos:

a) as despesas com o Serviço da Dívida Municipal;

b) os gastos relativos ao pagamento da folha normal de Pessoal e seus Encargos Sociais

c) as despesas necessárias ao cumprimento de obrigações constitucionais, bem como de obrigações estabelecidas em Leis Orgânicas Municipais;

II - Constituem Outras Despesas Fixas aquelas decorrentes de obrigações Contratuais ou Convênios, incluindo Contrapartidas, firmados pela Administração Municipal, bem como aquelas relativas à conservação do patrimônio público;

III - São despesas de conservação do patrimônio público aquelas relativas a conservação dos equipamentos públicos, sobretudo aqueles destinados a prestação de serviços à coletividade local.

CAPÍTULO II
DAS METAS FISCAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 3º. As metas fiscais para o exercício de 2023 são as constantes do Anexo I da presente Lei.

Parágrafo único - As metas fiscais poderão ser ajustadas no Projeto da Lei Orçamentária de 2023, se verificado, quando da sua elaboração, alterações da conjuntura nacional e estadual e dos parâmetros macroeconômicos utilizados na estimativa das receitas e despesas, do comportamento da execução dos orçamentos de 2022, além de modificações na legislação que venham a afetar esses parâmetros.

Art. 4º. São definidos os Riscos Fiscais da Administração Municipal constantes do Anexo II desta Lei.

§ 1º. A lei orçamentária conterá reserva de contingência em montante equivalente a, no mínimo, 1% (um por cento) da receita corrente liquida estimada, destinada ao atendimento de passivos contingentes e riscos fiscais.

§ 2º. Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para a abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tenham se tornado insuficiente.

Art. 5º. A elaboração e a aprovação do Projeto da Lei Orçamentária de 2023, e a execução dos orçamentos fiscal e da seguridade social integrantes da respectiva Lei serão orientadas para:

I - atingir as metas fiscais relativas a receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública estabelecidas no Anexo I desta Lei, conforme previsto nos §§ 1º e 2º, do art. 4º, da Lei Complementar Federal nº 101/00;

II - evidenciar a responsabilidade da gestão fiscal, compreendendo uma ação planejada e transparente, mediante o acesso público às informações relativas ao orçamento anual, inclusive por meios eletrônicos e através da realização de audiências ou consultas públicas;

III - aumentar a eficiência na utilização dos recursos públicos disponíveis e elevar a eficácia dos programas por eles financiados;

IV - garantir o atendimento de passivos contingentes e outros riscosfiscais capazes de afetar as contas públicas.

CAPÍTULO III
DAS PRIORIDADES E METAS PARA O EXERCÍCIO DE 2023

Art. 6º. Constituem prioridades da Administração Pública Municipal:

I - as Despesas Fixas Obrigatórias;
II - as Outras Despesas Fixas;
III - Outras Ações Prioritárias.

§ 1º. As prioridades definidas neste artigo poderão ser revistas por ocasião da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária, tendo em vista o comportamento das receitas e despesas municipais, a definição das transferências constitucionais constantes das propostas orçamentárias da União e do Estado e, principalmente, a revisão do Plano Plurianual para o período 2023/2025.

§ 2º. Com relação às prioridades estabelecidas neste artigo, observar-se-á, ainda, o seguinte:

I - terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2023, e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limitação à programação da despesa;

II - em caso de necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira, os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal

deverão ressalvar, sempre que possível, as ações que constituam metas e prioridades estabelecidas nos termos deste artigo.

§ 3º. O Poder Executivo justificará, na Mensagem que encaminhar a Proposta Orçamentária, a eventual impossibilidade técnica ou legal de execução de despesas definidas no Anexo de Metas e Prioridades.

CAPÍTULO IV
DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO

SEÇÃO I
DAS DIRETRIZES BÁSICAS

Art. 7º. As prioridades definidas no artigo anterior buscarão atingir os seguintes objetivos estratégicos:

I - desenvolvimento municipal integrado;
II - melhoria da qualidade de vida;
III - promoção da cidadania e da integração social;
IV - desenvolvimento da gestão pública gerencial;
V - ação legislativa.

Art. 8º. A elaboração e execução do orçamento para o exercício de 2023 deverão nortear-se pelas seguintes diretrizes básicas:

I - equilíbrio das contas públicas municipais;
II - transparência na definição e na gestão dos orçamentos municipais;
III - respeito ao princípio orçamentário da programação;
IV - austeridade na utilização e otimização dos recursos públicos;

V - obtenção de níveis satisfatórios de arrecadação tributária municipal.

Subseção I
Do Equilíbrio das Contas Públicas Municipais

Art. 9º. Para obtenção do equilíbrio das contas públicas municipais, exigido pela Lei Complementar nº 101/2000, serão adotadas, dentre outras, as medidas e os procedimentos indicados nesta Subseção.

Art. 10. As estimativas de receitas serão feitas com a observância estrita das normas técnicas e legais e considerando os efeitos das alterações da legislação, da

variação dos índices de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante.

Art. 11. As estimativas das despesas, além dos aspectos considerados no artigo anterior, deverão adotar metodologia de cálculo compatível com a legislação aplicável, considerando o seu comportamento em anos anteriores e os efeitos decorrentes das decisões judiciais.

Art. 12. Para fins de controle de custos dos produtos realizados e de avaliação dos resultados dos programas implementados deverão ser aprimorados osprocessos de contabilização de custos diretos e indiretos dos produtos edesenvolvidos métodos e sistemas de informação que viabilizem a aferição dos resultados pretendidos.

Art. 13. Nenhuma despesa poderá ser criada ou ampliada sem a necessária e objetiva indicação de recursos para a sua execução.

Art. 14. A geração e o processamento da despesa pública obedecerão aos seguintes requisitos:

a) adequação orçamentária;
b) obediência ao Cronograma de Execução Mensal de Desembolso;
c) imputação a sua correta classificação orçamentária;

Parágrafo único. Para efeito desta Lei compreende-se como:

a) adequação orçamentária, a existência de previsão, na Lei Orçamentária, de dotação adequada, em montante suficiente, para acorrer à despesa;
b) obediência ao Cronograma de Desembolso, a verificação e indicação de existência de saldo financeiro suficiente no Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, aprovado por decreto do prefeito Municipal.
c) imputação a correta classificação orçamentária, com indicação adequada da despesa em termos de ação própria (projeto, atividade) e sua necessária apropriação quanto à função, subfunção, programa, grupo, modalidade e elemento de despesa e fonte de recurso.

Subseção II
Da Transparência na Definição e na Gestão dos Orçamentos Municipais

Art. 15. A transparência na definição e na gestão dos orçamentos municipais, também exigida pela Lei Complementar nº 101/2000, será buscada mediante a adoção dos procedimentos indicados na própria Lei Complementar nº 101, sobretudo aqueles relacionados com o incentivo à participação popular e realização de

audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão da Lei Orçamentária.

Subseção III
Do Respeito ao Princípio Orçamentário da Programação.

Art. 16. A Lei Orçamentária Anual guardará estrita compatibilidade com o Plano Plurianual 2023/2025, sendo vedada a apropriação de recursos a ações(projetos e atividades) não incluídos nele ou em suas alterações e revisões.

Subseção IV
Da Austeridade na Utilização e Otimização dos Recursos Públicos

Art. 17. A manutenção do nível das atividades terá prioridade sobre as ações que visem à sua expansão.

Art. 18. Os projetos e atividades de prestação de serviços básicos em execução prevalecerão sobre quaisquer outras espécies de ação.

Art. 19. Serão reduzidas ao nível do estritamente indispensável às dotações para a aquisição de mobiliário e equipamentos destinados as atividades-meio da Administração Pública Municipal.

Art. 20. As despesas de custeio administrativo e operacional, excetuando-se pessoal e encargos, não terão aumento superior à variação equivalente ao índice de atualização de preços aplicável, salvo quando decorrente de expansão patrimonial, incremento físico de serviços prestados a comunidade ou novas atribuições definidas no exercício de 2022 ou no decorrer de 2023.

Art. 21. Somente serão incluídas na Lei Orçamentária, e em seus créditos adicionais dotações a título de subvenções sociais, contribuições ou auxílio, se destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos que prestam atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação ou prestação serviços culturais, ou a entidades que tenham sido declaradas por lei como sendo de utilidade pública, ficando o pagamento dessas despesas condicionado ao cumprimento de exigências legais, inclusive, e principalmente, a constante do art. 26, da Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 22. As receitas próprias dos órgãos que integram a Administração Direta, Fundos, Autarquias e Fundações, somente poderão ser programadas para atender despesas com novos investimentos e inversões financeiras depois de terem sido atendidas, integralmente, suas necessidades relativas às Despesas Fixas Obrigatórias e Outras Despesas Fixas.

Subseção V
Da Obtenção de Níveis Satisfatórios de Arrecadação Tributária Municipal

Art. 23. A Administração Municipal adotará, de modo permanente, medidas que visem ao constante incremento da receita municipal, especialmente quanto a:

a) melhoria da eficiência do aparelho fiscal do Município;
b) combate à evasão e à sonegação fiscal;
c) cobrança da dívida ativa municipal.

Subseção VI
Outras Diretrizes, Procedimentos e Orientações

Art. 24. No Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2023, as receitas e despesas serão orçadas segundo os preços vigentes na época da sua elaboração.

Art. 25. A lei orçamentária conterá discriminada, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas ao atendimento de:

I - despesas com admissão de pessoal sob regime especial de contratação, nos termos do inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal;
II - precatórios judiciários;

Parágrafo único - Os processos referentes a pagamentos de precatórios serão submetidos, pelo órgão ou entidade competente, à apreciação da Coordenação Jurídica do Município.

Seção II
Das Diretrizes Relativas aos Consórcios Públicos

Art. 26. Na forma da legislação pertinente em vigor serão adotadas as normas e diretrizes constantes desta Seção quanto ao Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território de Identidade do Médio Sudoeste da Bahia (CDS DO COTEMESB), Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região de Vitória da Conquista/Itapetinga (CISVITA) e Consórcio Nacional de Vacinas das Cidades Brasileiras (CONECTAR).

Art. 27. Segundo a legislação vigente, o Consórcio Público, que assume a natureza de Autarquia, constitui entidade da Administração Indireta dos Entes Consorciados.

Art. 28. Em decorrência do disposto no artigo anterior, passa a integrar a

Administração Descentralizada do Município de Itapetinga, as Autarquias "Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território de Identidade do Médio Sudoeste da Bahia (CDS DO COTEMESB), Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região de Vitória da Conquista/Itapetinga (CISVITA) e Consórcio Nacional de Vacinas das Cidades Brasileiras (CONECTAR)", ficando diretamente vinculados às Secretarias Municipal de Governo e de Saúde, respectivamente.

§ 1º. As transferências de recursos para o "Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território de Identidade do Médio Sudoeste da Bahia (CDS DO COTEMESB), Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região de Vitória da Conquista/Itapetinga (CISVITA) e Consórcio Nacional de Vacinas das Cidades Brasileiras (CONECTAR)"em decorrência de obrigações assumidas no respectivo Contrato de Rateio integrarão o Programa de Trabalho da Unidade Orçamentaria especificada nessa Lei.

§ 2º. As transferências relacionadas com despesas nas áreas da saúde e da educação serão consignadas nos Programas de Trabalho das respectivas Secretarias e Fundos através de dotações específicas.

Art. 29. O Município, na qualidade de Ente Consorciado, através do Chefe do Poder Executivo, acompanhará e supervisionará as atividades do Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território de Identidade do Médio Sudoeste da Bahia (CDS DO COTEMESB), Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região de Vitória da Conquista/Itapetinga (CISVITA) e Consórcio Nacional de Vacinas das Cidades Brasileiras (CONECTAR) disponibilizando aos interessados as informações necessárias ao cumprimento do Princípio da Transparência.

SEÇÃO III
DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO

Art. 30. Para efeito do disposto na Lei Orgânica Municipal, visando garantir a autonomia orçamentária, administrativa e financeira do Poder Legislativo, ficam estipuladas as seguintes diretrizes para a elaboração de sua proposta orçamentária:

I - as despesas com pessoal e encargos sociais observarão o disposto nos artigos desta Lei, bem como o disposto na Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000;

II - as despesas com custeio administrativo e operacional e as despesas com ações de expansão serão realizadas de acordo com a disponibilidade de recursos, dentro do limite constitucional estabelecido, na forma da alteração introduzida pela Emenda Constitucional nº 58 de 23de setembro de 2009;

Parágrafo único - Na elaboração de sua proposta, a Câmara de Vereadores,

obedecerá também aos princípios constitucionais da economicidade e razoabilidade, e, no que couber, às Diretrizes Básicas definidas na Seção I, Capítulo IV, desta Lei.

Art. 31. A proposta Orçamentária da Câmara Municipal deverá ser encaminhada ao Poder Executivo Municipal até o dia 31 de julho, exclusivamente para efeito de sua consolidação na proposta de orçamento do Município, não cabendo qualquer tipo de análise ou apreciação de seus aspectos de mérito e conteúdo, atendidos os princípios constitucionais e da Lei Orgânica Municipal, estabelecidos para tal fim.

Parágrafo único - Para cumprimento das disposições da Lei Orgânica Municipal e da Constituição Federal, os recursos devidos à Câmara de Vereadores deverão ser repassados àquela Casa Legislativa até o vigésimo dia de cada mês.

SEÇÃO IV
DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 32. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas às áreas de saúde, previdência e assistência social, abrangendo os recursos provenientes das entidades que, por sua natureza devam integrá-lo.

Art. 33. Os recursos do Orçamento da Seguridade Social compreenderão:

I - recursos originários dos orçamentos do Município, transferência de recursos do Estado da Bahia e da União pela execução descentralizada das ações de saúde, e dos convênios firmados com órgãos e entidades que tenham como objetivos a assistência e previdência social;

II - receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente o Orçamento de Seguridade Social.

Art. 34. O Município aplicará em ações e serviços públicos de saúde os recursos mínimos previstos pela Emenda Constitucional n.º 29, de 13 de setembro de 2000.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 35. As alterações na legislação tributária municipal poderão incluir:

I - revisão das taxas pelo poder de polícia e prestação de serviços;
II - adaptação e ajustamento da legislação tributária municipal;
III - revisão, simplificação e modernização da legislação tributária

municipal;

IV - aperfeiçoamento dos instrumentos de proteção dos créditos tributários;

V - aperfeiçoamento no sistema de fiscalização, cobrança e arrecadação dos tributos;

VI - instituição e regulamentação de todos os tributos de competência do Município, em especial a contribuição de melhoria.

§ 1º. Os recursos decorrentes de eventuais alterações dentre as previstas neste artigo serão incorporados aos respectivos orçamentos mediante a abertura de créditos adicionais, no decorrer do exercício subsequente, se aprovadas às alterações após o encaminhamento da Proposta Orçamentária, observada a legislação aplicável, em especial o que dispõe o Título V, da Lei 4.320/64.

§ 2º. Na hipótese de necessidade de promover alteração na legislação tributária municipal, o Poder Executivo encaminhará o respectivo Projeto de Lei no prazo de até 90 (noventa) dias antes do encerramento do exercício financeiro.

§ 3º. A Câmara Municipal apreciará as matérias que lhe sejam encaminhadas até o encerramento do segundo período Legislativo, a fim de permitir a sua vigência no exercício subsequente, em obediência ao princípio da anterioridade.

Art. 36. O Poder Executivo considerará na estimativa da receita orçamentária as medidas que venham a ser adotadas para a expansão da arrecadação tributária municipal, e, na hipótese de alteração na legislação tributária, apenas as estimativas decorrentes das leis que tenham sido aprovadas até a remessa da Proposta de Orçamento Anual.

Parágrafo único. A mensagem que encaminhar o projeto de lei de alteração da legislação tributária discriminará e quantificará os recursos esperados em decorrência da alteração proposta.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 37. A atualização monetária do principal da dívida, para amortização de 2023, obedecerá à variação do Índice de Preço ao consumidor ampliado - IPCA, do IBGE.

Art. 38. As despesas com serviço da dívida do Município, exceto mobiliária, deverão considerar apenas as operações contratadas e as prioridades estabelecidas, bem assim as autorizações concedidas, até a data do encaminhamento da proposta de Lei Orçamentária.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES RELATIVAS À POLÍTICA E ÀS DESPESAS DE PESSOAL

Art. 39. No exercício financeiro de 2023, as despesas com pessoal, ativo e inativo, dos Poderes Legislativo, Executivo, Autarquias e Fundações Municipais observarão os limites estabelecidos na forma da Lei Complementar.

Art. 40. No exercício de 2023, observado o disposto no art. 169 da Constituição, poderão ser admitidos servidores se:

I - existirem cargos vagos a preencher;
II - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;
III - for observado o limite previsto no artigo anterior.

Art. 41. Os projetos de lei sobre transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, no âmbito do Poder Executivo, deverão ser acompanhados de manifestações do ServiçoMunicipal de Recursos Humanos e Orçamento.

Parágrafo único. O órgão próprio do Poder Legislativo do Município assumirá, no âmbito de sua competência, as atribuições necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 42. As despesas com pessoal e encargos sociais, em cada Poder, serão estimadas, para o exercício de 2023, com base nas despesas executadas até o mês de julho de 2022, observados, além da legislação pertinente em vigor, os limites definidos no Anexo de Metas Fiscais integrantes desta Lei.

Parágrafo único. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos e alterações de estrutura de cargos pelos órgãos e entidades da administração direta, autarquias, fundações, empresas ou sociedades de economia mista, só poderão ser efetivadas se houver prévia dotação orçamentária, suficiente para atender às projeções dos respectivos gastos até o finaldo exercício, obedecido o limite fixado no “caput” deste artigo e as demais disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO VIII
DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Seção I
Da Proposta Orçamentária

Art. 43. A Proposta Orçamentária será encaminhada à Câmara de Vereadores no prazo estabelecido na Lei Orgânica Municipal, ou, na hipótese de omissão da Lei Orgânica, no prazo definido na Constituição Federal, e constará de:

I - Mensagem
II - Projeto de Lei Orçamentária Anual
III - Informações Complementares

§ 1º. A Mensagem conterá a exposição da situação econômico-financeira e socioeconômica do Município, da política econômico-financeira adotada e a justificação da receita e a despesa.

§ 2º. O Projeto de Lei Orçamentária Anual será elaborado com o conteúdo definido na Subseção II, da Seção II, deste Capítulo.

§ 3º. O Anexo de Informações Complementares incluirá, dentre outros, os documentos e as informações relacionadas nos artigos desta Lei.

§ 4º. Apreciado pela Câmara Municipal no prazo legalmente estabelecido será devolvido para sanção do Prefeito apenas o Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Seção II

Do Projeto de Lei Orçamentária Anual

Subseção I
Das Classificações e Definições

Art. 44. Os orçamentos municipais serão elaborados e executados com a utilização das seguintes classificações da despesa:

I- Classificação Institucional
II- Classificação Funcional
III- Classificação por Programas
IV- Classificação por Natureza da Despesa
V- Classificação da Despesa por Fontes de Recursos

§ 1°. A classificação institucional compreende os Poderes, Secretarias, Órgãos, Entidades e Unidades Orçamentárias e Gestoras do Município.

§ 2°. A classificação funcional apropriará o gasto público por Funções e Subfunções e obedecerá à legislação federal.

§ 3°. A classificação por programas deverá ser atualizada em decorrência de alterações do Plano Plurianual, onde se encontra definida.

§°4°. A classificação por natureza da despesa, estabelecida e atualizada em legislação federal, apropriará o gasto público por Grupos, Modalidades e Elementos da Despesa.

§ 5°*.* A classificação da despesa por fontes de recursos identificará as fontes dos recursos necessários e adequados para a execução das ações e programas definidos na lei orçamentária, e poderá ser atualizada por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária.

Art. 45. A receita municipal obedecerá às seguintes classificações:

I.Classificação da Receita por sua Natureza, estabelecida em legislação federal.
II. Classificação Institucional da Receita.
III. Classificação por Fonte ou Indicador de Uso.

Art. 46. Para efeito de elaboração e execução orçamentária são adotadas, na forma da legislação vigente, as seguintes definições e conceitos:

I – Função, o maior nível de agregação das diversas áreas de despesas que competem ao setor público;
II – Subfunção, uma partição da função, visando a agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;
III - Programa, um instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
IV - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
V - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
VI - Unidade Orçamentária, na forma da Lei nº 4.320/64, “o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias”;
VII – Unidade Gestora, a unidade administrativa responsável pela administração dos créditos orçamentários, entendida esta administração como a competência e atribuição para processar a despesa orçada, nos seus estágios de Empenhamento, Liquidação e Pagamento.

§1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades e projetos, especificando os respectivos valores e as unidades orçamentárias responsáveis pela sua execução.

§2º. Cada atividade e cada projeto identificarão a função e a subfunção às quais se vinculam, em conformidade com a Portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nº 42, de 14.04.1999, e suas alterações.

§3º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos e operaçõesespeciais.

Subseção II
Do Conteúdo e Forma da Lei Orçamentária

Art. 47. A lei orçamentária anual obedecerá à orientação da Constituição Federal, da Lei nº 4.320/64, da Lei Complementar nº 101/2000 e desta Lei de Diretrizes Orçamentárias e guardará compatibilidade com o modelo adotado pela União.

Art. 48. A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

I – O Orçamento Fiscal;
II - O Orçamento da Seguridade Social.

§ 1º Os orçamentos evidenciarão obrigatoriamente os Programas de Trabalho dos órgãos e das entidades que integram a estrutura organizacional do Município.

§ 2º Os Programas de Trabalho, a que se refere o parágrafo anterior, demonstrarão, por estrutura funcional e programática da despesa, as aplicações agregadas em Ações (Projetos, Atividades e Operações Especiais), apropriando-se os respectivos custos a nível de Grupo de Despesa e Modalidade de Aplicação, na forma definida na legislação federal pertinente.

Art. 49. A lei orçamentária anual será constituída de:

I – texto de lei;
II – anexo relativo ao Orçamento Fiscal, discriminando sua receita e sua despesa, esta sob a forma de Programa de Trabalho dos órgãos e entidades envolvidos;
III - anexo relativo ao Orçamento da Seguridade Social, discriminando sua receita e despesa, esta sob a forma de Programas de Trabalho dosórgãos e entidades envolvidos;

Art. 50. Integrarão a lei orçamentária, em anexo específico, dentre outros, os

seguintes Demonstrativos:

I. DEMONSTRATIVOS CONSOLIDADOS:

I.1 Demonstrativos da Lei 4.320/64:

a) Programa de Trabalho Consolidado;
b) Sumário geral da receita por fonte e da despesa por função;
c) Demonstrativo da receita e despesa por categorias econômicas;
d) Demonstrativo da Despesa por Funções e Vínculos;
e) Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;

I.2 Outros Demonstrativos Consolidados:

a) Despesa por Órgãos;
b) Despesa por Grupos de Despesa;
c) Despesa por Funções;
d) Despesa por Subfunções;
e) Despesa por Modalidade de Aplicação;
f) Despesa por Fontes de Recursos;

II. Outros Demonstrativos:

a) Obrigações Legais e Constitucionais;
- Câmara Municipal;
- Gastos com Pessoal e Encargos Sociais;
- Educação;
- Saúde;

b) Anexos da Lei de Responsabilidade Fiscal;

Parágrafo único. Acompanharão o Projeto de Lei Orçamentária demonstrativo por categoria de programação dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, de forma a caracterizar o cumprimento ao disposto no artigo 212 da Constituição Federal

Art. 51. A lei orçamentária anual compreenderá todas as receitas e despesas, quaisquer que sejam as suas origens e destinação.

§ 1º. Não se consideram para os fins deste artigo as operações de crédito por antecipação de receita e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.

§ 2º. Todas as receitas e despesas constarão da lei de orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

§ 3º. Os recursos provenientes de convênios, consórcios e contratos de qualquer natureza serão obrigatoriamente incluídos na lei orçamentária.

§ 4º. Os Fundos Municipais, legalmente instituídos, integrarão os Orçamentos de seus órgãos ou entidades gestoras, em Unidades Orçamentárias específicas.

Art. 52. Na estimativa das receitas e na fixação das despesas do Projeto de Lei Orçamentária de 2023 e da respectiva Lei, poderão ser considerados os efeitos de propostas de emenda constitucional, de projeto de lei ou de medida provisóriaque esteja em tramitação na respectiva casa legislativa.

§1º. Se estimada a receita, na forma deste artigo, no Projeto de Lei Orçamentária de 2023:

I - serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a variação esperada na receita, em decorrência de cada uma das propostas e de seus dispositivos; e

II - serão identificadas as despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

§2º. A troca das fontes de recursos condicionadas, constantes da Lei Orçamentária de 2023, pelas respectivas fontes definitivas, cujas alterações na legislação tenham sido aprovadas, será efetuada no prazo de até trinta dias após a publicação das referidas alterações legislativas.

Art. 53. Além da observância das prioridades e metas fixadas na lei de diretrizes orçamentárias, a lei orçamentária anual e seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se:

I- houver compatibilidade com o Plano Plurianual;
II- tiverem sido contempladas as despesas de conservação do patrimônio público;
III- tiverem sido adequadamente contemplados os projetos em andamento;
IV- houver viabilidade técnica, econômica e ambiental;
V- os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa.

Parágrafo único. Para fins de aplicação do disposto no caput deste artigo, serão entendidos como:

I - projetos em andamento aqueles que já tenham sido regularmente licitados, contratados e empenhados, neste ou em exercícios anteriores e que não tenham sido concluídos;
II – despesas de conservação do patrimônio público aquelas relativas à conservação dos equipamentos públicos, utilizados na prestação de serviços à comunidade, como aqueles necessários ao desenvolvimento de ações relacionadas à saúde, educação, segurança, saneamento, ação

social e urbanismo.

Art. 54. O Orçamento Fiscal conterá dotação global, sob a denominação de Reserva de Contingência, não destinada especificamente à determinação órgão, unidades orçamentárias, programa ou natureza de despesa, que será utilizada como fonte compensatória para a abertura de crédito adicionais, na forma do art. 5º, III, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 55. O produto estimado de operações de crédito e de alienação de bens imóveis somente se incluirá na receita quando umas e outras forem especificamente autorizadas pelo Poder Legislativo de forma que possibilite ao Poder Executivorealizá-las no exercício.

Art. 56. O Orçamento Fiscal do Município abrangerá todas as receitas e despesas dos Poderes, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta.

Parágrafo único. *As* autarquias constarão com a totalidade de suas receitas e despesas no orçamento fiscal, mesmo que não tenham qualquer parcela de sua despesa financiada com recursos de natureza fiscal.

Art. 57. O Orçamento da Seguridade Social abrangerá as ações governamentais dos Poderes e órgãos, fundos e entidades da administração direta e indireta, vinculadas à saúde, previdência e assistência social.

Art. 58. Para efeito de informação ao Poder Legislativo deverá ainda constar da proposta orçamentária a relação das leis autorizativas das operações de crédito, incluídas no Projeto de Lei Orçamentária, bem como a identificação da respectiva alocação ao nível de categoria de programação;

Art. 59. Na apreciação pelo Poder Legislativo do projeto de lei orçamentária anual, as emendas somente podem ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida.

III- respeitem e preservem as Despesas Obrigatórias e as Outras Despesas Fixas, conforme definido nesta Lei;

IV – sejam relacionadas:

a) com correção de erros ou omissões; ou

b) com os dispositivos do texto do projeto de Lei.

§ 1º As emendas deverão indicar, como parte da justificativa:

I - no caso de incidirem sobre despesas com investimentos, a viabilidade econômica e técnica do projeto durante a vigência da lei orçamentária;
II - no caso de incidirem sobre despesas com ações de manutenção, a comprovação de não inviabilização operacional da entidade ou órgão cuja despesa é reduzida.

§ 2º A correção de erros ou omissões será justificada circunstanciadamente e não implicará a indicação de recursos para aumento de despesas previstas no projeto de lei orçamentária.

Art. 60. O Poder Executivo poderá enviar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária enquanto não iniciada na comissão técnica específica a votação da parte cuja alteração seja proposta.

Art. 61. Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição parcial do projeto de lei orçamentária, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia autorização legislativa.

§ 1º. Por motivo de interesse público é vedada a rejeição integral do projeto de lei orçamentária.

§ 2º. No caso de rejeição parcial do projeto de lei orçamentária, a lei aprovada deverá prever os recursos mínimos necessários para o funcionamento dos serviços públicos essenciais.

Seção III
Do Detalhamento da Despesa

Art. 62. Sancionada e promulgada a Lei Orçamentária, serão aprovados e publicados, para efeito de execução orçamentária, os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDDs relativos aos Programas de Trabalho integrantes da Lei Orçamentária Anual.

§ 1º. Os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDDs deverão discriminar, por elementos e fontes, os grupos de despesa aprovados para cada categoria de programação.

§ 2º. Os QDDs serão aprovados, no âmbito do Poder Executivo, pelo PrefeitoMunicipal, e, no Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara de Vereadores.

§ 3º. Os QDDs podem ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução orçamentária, respeitados, sempre, os valores dos respectivos grupos de despesa, estabelecidos na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais regularmente abertos.

§4º. Inclui-se entre as alterações do QDD de que trata o parágrafo anterior a alocação de crédito a elemento ou fonte de recurso não contemplados no QDD originalmente aprovado, respeitados os valores dos Grupos de Despesa aprovados na Lei Orçamentária Anual e as conceituações estabelecidas na legislação pertinente

§5°. O Prefeito do Município poderá delegar, expressamente, competência ao Secretário da Finanças para promover, mediante Portaria, alterações dos QDDs no âmbito do Poder Executivo.

Seção IV
Das Retificações ou Adequações Orçamentárias

Art. 63. São retificações orçamentárias as modificações introduzidas ao longo do exercício financeiro em decorrência do Princípio da Flexibilidade da Execução Orçamentária, objetivando ajustar e adequar os custos das Categorias Programáticas (Projetos, Atividades e Operações Especiais), respeitadas as Prioridades e Metas estabelecidas na conformidade do Capítulo III desta Lei.

Art. 64. Constituem instrumentos de retificações orçamentárias:

I. As Alterações de Quadros de Detalhamento de Despesa - QDDs;
II. Os Créditos Adicionais;
III. Os Remanejamentos, Transferências ou Transposições de Dotações.

Art. 65. Os Quadros de Detalhamento de Despesa - QDDs obedecerão ao disposto na Seção III deste Capítulo.

Art. 66. Respeitado o disposto na Constituição Federal e na Lei nº 4.320, de 12 de março de 1964, os Créditos Adicionais obedecerão adicionalmente ao seguinte:

a) quando aberto com recursos de excesso de arrecadação oriundos de transferências ou recursos adicionais não incluídos na Estimativa da Receita, além de só poderem ser utilizados para a finalidade específica que fundamentar a sua abertura, não poderão ser anulados para a abertura de outros créditos adicionais;

b) os saldos dos créditos decorrentes de eventual frustração da receita estimada conforme previsto na alínea “a” deste artigo, bem como de

eventuais recursos de excesso de arrecadação estimados com fundamento na Lei nº 4.320/64, deverão ser cancelados, ao final do exercício financeiro por Decreto do Poder Executivo;

Art. 67. Os Créditos Especiais serão abertos exclusivamente mediante autorização legal específica.

Art. 68. Ressalvada conceituação legal superveniente, os Remanejamentos, Transferências ou Transposições de Dotações somente poderão ser utilizados mediante autorização legal específica.

Art. 69. A apropriação da despesa por sua Modalidade poderá ser alterada, durante a execução orçamentária para adequá-la à conceituação estabelecida na legislação federal pertinente.

Art. 70. A necessidade de Retificação Orçamentária deve ser examinada e atendida, sempre que possível, na seguinte ordem:

a) Alteração de QDD;
b) Suplementação dentro da mesma Ação: de um Grupo de Despesa para Outro;
c) Suplementação dentro do mesmo Programa de Trabalho: de uma Ação para Outra, com o cuidado de não inviabilizar a Ação a ser parcialmente reduzida;
d) Suplementação de um Programa de Trabalho para Outro, com o cuidado de não inviabilizar a Ação a ser parcialmente reduzida.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 71. Alterações necessárias para a adequação do disposto nesta Lei poderão ser introduzidas, mediante proposta de iniciativa do Poder Executivo, até a data de remessa do Projeto de Lei Orçamentária para exame pela Câmara Municipal.

Art. 72. A meta de superávit a que se refere o Capítulo II desta Lei pode ser reduzida em face da realização dos investimentos prioritários de que trata o Capítulo III desta Lei.

Art. 73. No caso de haver necessidade de limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas, o procedimento será adotado de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento das despesas em “outras despesas correntes”, “investimentos” e “inversões financeiras” de cada Poder, preservando-se, necessariamente, as Despesas Fixas Obrigatórias e as Outras Despesas Fixas, definidas como prioritárias nesta Lei sendo adotadas as medidas estabelecidas no art. 9º e seus parágrafos, da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

Art. 74. Para efeito do que dispõe o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº

101/2000, entende-se como despesa irrelevante aquela cujo valor não ultrapasse os limites para obras e serviços estabelecidos no art. 23 da lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

Art. 75. Na hipótese de o Projeto de Lei Orçamentária não ser aprovado e promulgado até 31 de dezembro deste exercício, ficam os Poderes Executivo e Legislativo, até a promulgação da respectiva Lei, autorizados a, exclusivamente:

a) executar as despesas de custeio administrativo até o limite de 1/12 (um doze avos) da proposta orçamentária;
b) utilizar-se dos recursos necessários para saldar parcelas das dívidas vencidas;
c) efetuar despesas com pessoal, conforme os valores previstos na proposta orçamentária;
d) realizar despesas relativas a parcelas ou contrapartidas de convênios, conforme estabelecido em contrato para o exercício;
e) realizar despesas de investimentos resultantes de contratos firmados nos exercícios anteriores.

Art. 76. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Itapetinga, em 13 de abril de 2022.

Rodrigo Hagge Costa
Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS EXERCÍCIO 2023

2. ANEXO DE RISCOS FISCAIS

2.1 DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETINGA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2023

ARF (LRF, art. 4º, § 3º)

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	**Valor**	**Descrição**	**Valor**
Demandas Judiciais (Aumento do Salário Mínimo que possa gerar impactonas despesas com pessoal /Condenações Judiciais)		Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência/ Abertura de créditos adicionais a partir do cancelamento de dotação/ Parcelamento dos débitos e pagamento das parcelas obrigatórias	672.696,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento (INSS, FGTS, PASEP, CEF, DESENBAHIA)			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	**0,00**	**SUBTOTAL**	**672.696,00**

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	**Valor**	**Descrição**	**Valor**
Frustação de Arrecadação	0,00	Limitação de empenho	0,00
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções		Abertura de créditos adicionais a partir da redução de dotação de despesa discricionárias e da Reserva de Contingência	
Outros Riscos Fiscais		Limitação de empenho, abertura de créditos adicionais a partir da redução de dotação de despesa discricionárias e da Reserva de Contingência	
SUBTOTAL	**0,00**	**SUBTOTAL**	**0,00**
TOTAL	**0,00**		**672.696,00**

FONTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETINGA

_____
Rodrigo Hagge Costa
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 1.542/2022
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
EXERCÍCIO 2023

3. ANEXO DE METAS FISCAIS

3.1 DEMONSTRATIVOS 1 - METAS ANUAIS

3.2 DEMONSTRATIVO 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

3.3 DEMONSTRATIVO 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

3.4 DEMONSTRATIVO 4 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

3.5 DEMONSTRATIVO 5 - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

3.6 DEMONSTRATIVO 6 - PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

3.7 DEMONSTRATIVO 6 - RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS

3.8 DEMONSTRATIVO 7 - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

3.9 DEMONSTRATIVO 8 - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETINGA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2023

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º) — R$ MIL

ESPECIFICAÇÃO	2023				2024				2025			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x100	% RCL (a/RCL) x100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x100	% RCL (b/RCL) x100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x100	% RCL (c/RCL) x100
Receita Total	235.132	227.181	0,073%	102,837%	235.187	228.337	0,070%	100,350%	242.242	235.187	0,068%	100,350%
Receitas Primárias (I)	234.828	226.887	0,072%	102,704%	234.927	228.085	0,070%	100,239%	241.975	234.927	0,068%	100,239%
Receitas Primárias Correntes	228.392	220.669	0,070%	99,889%	234.107	227.289	0,070%	99,889%	241.131	234.107	0,068%	99,889%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	18.859	18.221	0,006%	8,248%	19.331	18.768	0,006%	8,248%	19.911	19.331	0,006%	8,248%
Contribuições	2.183	2.109	0,001%	0,955%	2.238	2.172	0,001%	0,955%	2.305	2.238	0,001%	0,955%
Transferências Correntes	209.288	202.210	0,065%	91,534%	214.525	208.277	0,064%	91,534%	220.961	214.525	0,062%	91,534%
Demais Receitas Primárias Correntes	15.303	14.786	0,005%	6,693%	15.686	15.229	0,005%	6,693%	16.157	15.686	0,005%	6,693%
Receitas Primárias de Capital	6.436	6.218	0,002%	2,815%	820	796	0,000%	0,350%	845	820	0,000%	0,350%
Despesas Total	230.515	222.720	0,071%	100,818%	248.188	240.959	0,074%	105,897%	255.634	248.188	0,072%	105,897%
Despesas Primárias (II)	228.814	221.076	0,071%	100,074%	246.444	239.266	0,074%	105,153%	253.837	246.444	0,072%	105,153%
Despesas Primárias Correntes	206.635	199.647	0,064%	90,374%	223.710	217.194	0,067%	95,453%	230.422	223.710	0,065%	95,453%
Pessoal e Encargos Sociais	130.452	126.041	0,040%	57,054%	133.716	129.822	0,040%	57,054%	137.728	133.716	0,039%	57,054%
Outras Despesas Correntes	76.183	73.607	0,024%	33,319%	89.994	87.373	0,027%	38,399%	92.694	89.994	0,026%	38,399%
Despesas Primárias de Capital	9.495	9.174	0,003%	4,153%	9.733	9.449	0,003%	4,153%	10.025	9.733	0,003%	4,153%
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	12.684	12.255	0,004%	5,547%	13.001	12.623	0,004%	5,547%	13.391	13.001	0,004%	5,547%
Resultado Primário (III) = (I - II)	6.014	5.811	0,002%	2,630%	(11.517)	(11.181)	-0,003%	-4,914%	(11.862)	(11.517)	0,00%	-4,914%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	1.469	1.419	0,000%	0,643%	1.506	1.462	0,000%	0,643%	1.551	1.506	0,00%	0,643%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	-	-			-	-			-	-		
Resultado Nominal	7.534	7.279	0,002%	3,295%	(10.011)	(9.719)	-0,003%	-4,271%	(10.311)	(10.011)	0,00%	-4,3%
Dívida Pública Consolidada	68.069	65.767	0,0%	29,771%	68.158	66.173	0,020%	29,082%	68.540	66.544	0,019%	28,3930%
Dívida Consolidada Líquida	68.069	65.767	0,0%	29,771%	68.158	66.173	0,020%	29,082%	68.540	66.544	0,019%	28,3930%

FONTE:
Anexo II Receita - Resumo Geral, Balanço Orçamentário dos exercícios 2020 e 2021
LOA 2022.

As metas fiscais previstas para o periodo de 2023 a 2025 demonstradas no quadro acima tiveram seus cálculos desenvolvidos conforme a metodologia descrita no anexo de Metodologia e Memória de cálculo LDO.

Rodrigo Hagge Costa
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETINGA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2023

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso I) R$ MIL

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2021 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2021 (b)	% PIB	% RCL	Variação Valor (c) = (b-a)	Variação % (c/a)*100
Receita Total	170.286	0,049%	106,007%	196.987	0,057%	101,051%	26.701	15,680%
Receitas Primárias (I)	169.477	0,049%	105,504%	196.375	0,056%	100,736%	26.897	15,871%
Despesas Total	170.286	0,049%	106,007%	191.042	0,055%	98,001%	20.756	12,189%
Despesas Primárias (II)	168.151	0,048%	104,678%	189.652	0,055%	97,288%	21.501	12,787%
Resultado Primário (III) = (I - II)	1.326	0,000%	0,826%	6.723	0,002%	3,449%	5.396	406,844%
Resultado Nominal	(2.039)	-0,001%	-1,269%	(3.371)	-0,001%	-1,729%	(1.333)	65,384%
Dívida Pública Consolidada	77.418	0,022%	48,194%	62.990	0,018%	32,313%	(14.427)	-18,636%
Dívida Consolidada Líquida	77.418	0,022%	48,194%	62.990	0,018%	32,313%	(14.427)	-18,636%

FONTE:
Anexo II Receita - Resumo Geral, Anexos do Balanço do exercício de 2021
LOA 2021

Rodrigo Hagge Costa
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETINGA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2023

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º , § 2º, inciso II) R$ MIL

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receita Total	199.198	204.413	2,62%	200.716	-1,81%	235.132	17,15%	235.187	0,02%	242.242	3,00%
Receitas Primárias (I)	198.185	203.442	2,65%	197.383	-2,98%	234.879	19,00%	234.927	0,02%	241.975	3,00%
Despesas Total	199.198	204.413	2,62%	203.445	-0,47%	235.132	15,58%	235.187	0,02%	242.242	3,00%
Despesas Primárias (II)	196.823	201.849	2,55%	201.704	-0,07%	228.814	13,44%	246.444	7,71%	253.837	3,00%
Resultado Primário (III) = (I - II)	1.362	1.592	16,87%	(4.321)	-371,37%	6.065	-240,37%	(11.517)	-289,89%	(11.862)	3,00%
Resultado Nominal	1.360	(2.447)	-279,91%	(3.574)	46,04%	7.534	-310,82%	(10.011)	-232,87%	(10.311)	3,00%
Dívida Pública Consolidada	56.615	92.933	64,15%	71.596	-22,96%	68.069	-4,93%	68.158	0,13%	68.540	0,56%
Dívida Consolidada Líquida	46.702	92.933	98,99%	71.596	-22,96%	68.069	-4,93%	68.158	0,13%	68.540	0,56%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTE										
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receita Total	165.942	170.286	2,62%	200.716	17,87%	227.181	13,18%	228.337	0,51%	235.187	3,00%
Receitas Primárias (I)	165.099	169.477	2,65%	197.383	16,47%	226.936	14,97%	228.085	0,51%	234.927	3,00%
Despesas Total	165.942	170.286	2,62%	203.445	19,47%	227.181	11,67%	240.959	6,07%	248.188	3,00%
Despesas Primárias (II)	163.964	168.151	2,55%	201.704	19,95%	221.076	9,60%	239.266	8,23%	246.444	3,00%
Resultado Primário (I - II)	1.135	1.326	16,87%	(4.321)	-425,75%	5.860	-235,62%	(11.181)	-290,81%	(11.517)	3,00%
Resultado Nominal	1.133	(2.039)	-279,90%	(2.977)	46,04%	7.279	-344,52%	(9.719)	-233,52%	(10.011)	3,00%
Dívida Pública Consolidada	47.163	77.418	64,15%	59.643	-22,96%	65.767	10,27%	66.173	0,62%	66.544	0,56%
Dívida Consolidada Líquida	38.905	77.418	98,99%	59.643	-22,96%	65.767	10,27%	66.173	0,62%	66.544	0,56%

FONTE:
Anexo II Receita - Resumo Geral, Anexos do Balanço dos exercícios de 2020 e 2021,
LOA 2020, 2021 e 2022.

Notas: As metas de Resultado Nominal para os anos de 2020 a 2025 foram calculadas pela metodologia "acima de linha", onde os valores são obtidos a partir do resultado primário somado à conta de juros (juros ativos menos juros passivos), conforme Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional.

Os valores para o periodo de 2023 a 2025 demonstradas no quadro acima tiveram seus cálculos desenvolvidos conforme a metodologia descrita no anexo de Metodologia e Memória de cálculo LDO.

Rodrigo Hagge Costa
Prefeito Municipal

Metodologia de Cálculo dos Valores Correntes

INDICES DE IPCA					
2020	2021	2022	2023	2024	2025
4,52	10,06	5,38	3,50	3,00	3,00

*Histórico de variação (%anual) do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA - divulgado pelo IBGE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETINGA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2023

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso III) R$ MIL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio/Capital	-	0,00%	-	0,00%		0,00%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%		0,00%
Resultado Acumulado	76.041	100,00%	66.720	100,00%	1.235	100,00%
TOTAL	76.041	100,00%	66.720	100,000%	1.235	100,000%

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2021**	**%**	**2020**	**%**	**2019**	**%**
Patrimônio		0,00%		0,00%		0,00%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Lucros ou Prejuízos Acumulados		0,00%		0,00%		0,00%
TOTAL	-	0,000%	-	0,000%	-	0,000%

FONTE:
Anexo XIV - Balanço Patrimonial 2019, 2020 e 2021

Rodrigo Hagge Costa
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETINGA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2023

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art. 4º , § 2º, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2021 (a)	2020 (b)	2019 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	**-**	**-**	**35.000**
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	35.000
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	-	-

DESPESAS EXECUTADAS	2021 (d)	2020 (e)	2019 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	**-**	**-**	**-**
DESPESAS DE CAPITAL	**-**	**-**	**-**
Investimentos			-
Inversões Financeiras			-
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**-**	**-**	**-**
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			

SALDO FINANCEIRO	2021 (g) = ((Ia - IId) + IIIh)	2020 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)	2019 (i) = (Ic - IIf)
VALOR (III)	**35.000**	**35.000**	**35.000**

FONTE:
Anexo 2 - Resumo Segundo Categoria Econômica, no Balanço 2019, 2020 e 2021

_____

Rodrigo Hagge Costa
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETINGA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2023

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a) R$ MIL

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (B)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
			-	
			-	
			-	
PLANO FINANCEIRO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (B)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
			-	
			-	
			-	

Fonte:

RREO Anexo 10 Demonstrativo de Projeção Atuarial do Regime Próprio dos Servidores do último bimestre de 2021 / RGF Anexo 5 Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa.

NOTA EXPLICATIVA:
O Município não possui Previdência Própria.

Rodrigo Hagge Costa
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETINGA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2023

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a") R$ MIL

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIARIAS DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2019	2020	2021
RECEITAS CORRENTES (I)	-	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Receita de Contribuições Patronais	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Compensação Financeira entre os Regimes			
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)[1]	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (III)	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇAO - (IV) = (I + III - II)	**-**	**-**	**-**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2019	2020	2021
Benefícios	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-
Pensões	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
Compensação Financeira entre os Regimes	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇAO (V)	**-**	**-**	**-**
RESULTADO PREVIDENCIARIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇAO (VI) = (IV – V)[2]	**-**	**-**	**-**

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCICIOS ANTERIORES	2019	2020	2021
VALOR	-	-	-

RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS	2019	2020	2021
VALOR	-	-	-

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	2019	2020	2021
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	-	-	-
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	-	-	-
Outros Aportes para o RPPS	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	-	-	-

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2019	2020	2021
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
Investimentos e Aplicações	-	-	-
Outro Bens e Direitos	-	-	-

FUNDO EM REPARTIÇAO (PLANO FINANCEIRO)

RECEITAS PREVIDENCIARIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇAO)	2019	2020	2021
RECEITAS CORRENTES (VII)	-	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Receita de Contribuições Patronais	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Compensação Financeira entre os regimes	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	**-**	**-**	**-**

DESPESAS PREVIDENCIARIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇAO)	2019	2020	2021
Benefícios	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-
Pensões	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETINGA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2023

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a") — R$ MIL

Compensação Financeira entre os Regimes	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇAO (X)	**-**	**-**	**-**

RESULTADO PREVIDENCIARIO - FUNDO EM REPARTIÇAO (XI) = (IX – X)²	**-**	**-**	**-**

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	**2019**	**2020**	**2021**
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	-	-	-
Recursos para Formação de Reserva	-	-	-

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇAO)	**2019**	**2020**	**2021**
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
Investimentos e Aplicações	-	-	-
Outro Bens e Direitos	-	-	-

ADMINISTRAÇAO DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES - RPPS

RECEITAS DA ADMINISTRAÇAO - RPPS	**2019**	**2020**	**2021**
Receitas Correntes			
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇAO RPPS - (XII)	**-**	**-**	**-**

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**2019**	**2020**	**2021**
Despesas Correntes (XIII)	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-
Demais Despesas Correntes	-	-	-
Despesas de Capital (XIV)	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**-**	**-**	**-**

RESULTADO DA ADMINISTRAÇAO RPPS (XVI) = (XII – XV)²	**-**	**-**	**-**

BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇAO DO RPPS	**2019**	**2020**	**2021**
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
Investimentos e Aplicações	-	-	-
Outro Bens e Direitos	-	-	-

BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS MANTIDOS PELO TESOURO

RECEITAS PREVIDENCIARIAS (BENEFICIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**2019**	**2020**	**2021**
Contribuições dos Servidores	-	-	-
Demais Receitas Previdenciárias	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFICIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	**-**	**-**	**-**

DESPESAS PREVIDENCIARIAS (BENEFICIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**2019**	**2020**	**2021**
Aposentadorias	-	-	-
Pensões	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFICIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	**-**	**-**	**-**

RESULTADO DOS BENEFICIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)²	**-**	**-**	**-**

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

FUNDO EM CAPITALIZAÇAO (PLANO PREVIDENCIARIO)

EXERCÍCIO	**Receitas Previdenciárias (a)**	**Despesas Previdenciária (b)**	**Resultado Previdenciário (c) = (a-b)**	**Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)**
	-	-	-	-

FUNDO EM REPARTIÇAO (PLANO FINANCEIRO)

EXERCÍCIO	**Receitas Previdenciárias (a)**	**Despesas Previdenciária (b)**	**Resultado Previdenciário (c) = (a-b)**	**Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)**
	-	-	-	-

FONTE: Anexo 4 do RREO (Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS) do último bimestre dos exercícios 2019, 2020 e 2021; Anexo 10 do RREO (Demonstrativo de Projeção Atuarial do Regime Próprio dos Servidores) do último bimestre de 2021; Anexo 5 do RGF (Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa).

NOTA:

[1] Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não compõe o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

[2] O resultado previdenciário apresentada a diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).

NOTA EXPLICATIVA:
O Município não possui Previdência Própria.

Rodrigo Hagge Costa
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETINGA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2023

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) R$ MIL

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2023	2024	2025	
Dívida Ativa IPTU		SEFAZ/REFIS	53.200,00	56.924,00	62.612,00	ICMS/FPM
Dívida Ativa Inter vivos		SEFAZ/REFIS	4.700,00	4.700,00	5.100,00	ICMS/FPM
Dívida Ativoa ISS		SEFAZ/REFIS	10.200,00	10.900,00	11.700,00	ICMS/FPM
TOTAL			**68.100,00**	**72.524,00**	**79.412,00**	

FONTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETINGA

Rodrigo Hagge Costa
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETINGA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2023

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) R$ MIL

EVENTOS	VALOR PREVISTO PARA 2023
Aumento Permanente da Receita	40.542
(-) Transferências Constitucionais	
(-)Transferências ao FUNDEB	13.704
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	26.838
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I +II)	26.838
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	-
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	**26.838**

FONTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETINGA

Rodrigo Hagge Costa
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 1.542/2022
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
EXERCÍCIO 2023

4. ANEXOS COMPLEMENTARES

4.1 METAS E PRIORIDADES

4.2 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETINGA

LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2023

Relatório de Metas e Prioridades

Anexo de Metas e Prioridades (art. 165, § 2º da Constituição Federal)

Programa

DESENVOLVIMENTO E POTENCIALIDADES ECONÔMICAS DO MUNICIPIO

Ações	Produtos	(Unid. Medida)	Meta
CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CENTRO COMERCIAL POPULAR	OBRAS REALIZADAS	UNIDADE	1,00
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA	AGRICULTURA-MAPA/CONAB	UNIDADE	1,00
REVITALIZAÇÃO DA AREA DE PSICULTURA	REVITALIZAÇÕES REALIZADAS	UNIDADE	1,00

Programa

ITAPETINGA SUSTENTÁVEL

Ações	Produtos	(Unid. Medida)	Meta
GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL AMBIENTAL	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%

Programa

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS

Ações	Produtos	(Unid. Medida)	Meta
AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	VEÍCULOS ADQUIRIDOS	UNIDADE	1,00
CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES	OBRAS REALIZADAS	UNIDADE	1,00
GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDEB 30%	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDEB 70%	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DAS AÇÕES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DAS AÇÕES DO EJA-JOVENS E ADULTOS	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO FNDE	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DO SALARIO EDUCAÇÃO	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-NO DISTRITO DE BANDEIRA DO COLÔNIA	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR- NA ZONA RURAL	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-NO POVOADO DE PALMARES	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR-NA ZONA RURAL	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR-NO DISTRITO DE BANDEIRA DO COLÔNIA	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR-NO POVOADO DE PALMARES	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DAS AÇÕES DA EDUCAÇÃO INFANTIL-NA ZONA RURAL	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DAS AÇÕES DA EDUCAÇÃO INFANTIL-NO DISTRITO DE BANDEIRA DO COLÔNIA	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DAS AÇÕES DA EDUCAÇÃO INFANTIL-NO POVOADO DE PALMARES	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDEB 30%-ZONA RURAL	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDEB 30%- DISTRITO BANDEIRA DO COLÔNIA	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDEB 30%- POVOADO DE PALMARES	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDEB 70%- ZONA RURAL	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDEB 70%- DISTRITO DE BANDEIRA DO COLÔNIA	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDEB 70%- POVOADO DE PALMARES	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%

Programa

DESENV. SOCIAL E ECON. PELA CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO

Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETINGA
LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2023
Relatório de Metas e Prioridades

Anexo de Metas e Prioridades (art. 165, § 2º da Constituição Federal)

Ações	Produtos	(Unid. Medida)	Meta
CONVÊNIO COM A LIGA AMADORISTA DOS DESPORTOS DE ITAPETINGA-LADI	CUTURAL-SNIIC/ISEC	UNIDADE	1,00
APOIO AS MOD ESPOR. HANDEBOL, FUTSAL, CORRIDA DE RUA, CICLI E ETC	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
APOIO AS COMP. ESP. DE LUTAS MAR. CAPO.JUDO, JIU JITSU E KARATE	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
APOIO A EVENTOS RELIGIOSOS	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
EVENTOS CULTURAIS	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
RECUPERAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS	IMPLANTAÇÕES REALIZADAS	%	100%
RECUPERAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVO	IMPLANTAÇÕES REALIZADAS	%	100%
APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS E COMPETIÇÕES	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%

Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETINGA
LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2023
Relatório de Metas e Prioridades

Anexo de Metas e Prioridades (art. 165, § 2º da Constituição Federal)

Programa			
DESENVOLVE ITAPETINGA			
Ações	**Produtos**	**(Unid. Medida)**	**Meta**
MELHORIA DE PARQUES, JARDINS E PRAÇAS	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBAN	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
REQUALIFICAÇÃO DO ATERRO SANTARIO	REQUALIFICAÇÕES REALIZADAS	UNIDADE	1,00
MANUTENÇÃO E REFORMA DE OBRAS PUBLICAS	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
CONSTRUÇÃO DE PASSARELAS E PONTES	CONSTRUÇÕES REALIZADAS	UNIDADE	1,00
REQUALIFICAÇÃO E DRENAGEM DE LOGRADOUROS PUBLICOS	REQUALIFICAÇÕES REALIZADAS	UNIDADE	1,00
OBRAS EM PREDIOS PUBLICOS	OBRAS REALIZADAS	UNIDADE	1,00
EFICIENTIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
OBRAS HABITACIONAIS E DE UNIDADE SANITÁRIA	OBRAS REALIZADAS	UNIDADE	1,00
MELHORIA DE UNIDADES SANITARIAS	OBRAS REALIZADAS	UNIDADE	1,00
COLETA SELETIVA DO LIXO	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
PAVIMENTAÇÃO DE VIA URBANAS	OBRAS REALIZADAS	UNIDADE	1,00
SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA-NO DISTRITO DE BANDEIRA	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA-NO POVOADO DE PALMARES	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
PROGRAMA DE SANEAMENTO	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS URBANAS	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%

Programa			
AVANÇA SAÚDE			
Ações	**Produtos**	**(Unid. Medida)**	**Meta**
AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO FAN	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EM SAÚDE	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA- DISTRITO DE BANDEIRA DO COLÔNIA	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA- POVOADO DE PALMARES	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
CONV COM CENTRO DE REABIL. EQUOTERAPIA MANUELA	PROJETOS REALIZADOS	UNIDADE	1,00
CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UBS	CONTRUÇÕES REALIZADAS	UNIDADE	1,00
COMPENSAÇÃO DE ESPECIFICIDADES REGIONAIS	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
PROGRAMA CEO - CENTRO DE ESPEC. ODONTOLOGIA	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DA EDUCAÇÃO PERMANENTE	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
CENTRO DE TESTAGEM E ACOMPANHAMENTO	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAUDE MENTAL-CAPS	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DO PROGRAMA DE SAUDE DA FAMILIA	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DO PROGRAMA DE SAUDE BUCAL	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DO NASF	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DAS AÇÕES DO PACS	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO BÁSICA	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DAS AÇÕES DE ALTA E MEDIA COMPLEXIDADE	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
PROGRAMA DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%

Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETINGA
LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2023
Relatório de Metas e Prioridades

Anexo de Metas e Prioridades (art. 165, § 2º da Constituição Federal)

PROGRAMA DE VIGILANCIA SANITARIA	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
VIGILANCIA EM SAUDE EPIDEMIOLOGICA	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DAS AÇÕES DA SAMU	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DAS AÇÕES DA UPA	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
MANUTENÇÃO DO SERVIÇO RESIDENCIAL TERAPEUTICO	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
MANUTENÇÃO DO COLEGIADO DE GESTÃO	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
MPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DA REDE CEGONHA	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%

Programa
FORTALECENDO DIREITOS - PROMOVENDO INCLUSÃO

Ações	Produtos	(Unid. Medida)	Meta
GESTÃO DAS AÇÕES DO PSB	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DAS AÇÕES DA PAA	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DAS AÇÕES DA ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DAS AÇÕES DO IGD BF E IGD SUAS	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
ATIVIDADES DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
MANUTENÇÃO DO CMDCA, CMAS, CMH E CONSELHO DO IDOSO	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DAS AÇÕES DO FEAS	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DAS AÇÕES DO PSE	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
PROJETO VOU VIVER	PROJETOS REALIZADOS	UNIDADE	1,00
CONV COM A ASSOCIAÇÃO DE MENORES CARENTES	PROJETOS REALIZADOS	UNIDADE	1,00

Programa
AGUA PARA TODOS

Ações	Produtos	(Unid. Medida)	Meta
OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AGUA	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTO	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
SUBSTITUIÇÃO DE HIDRÔMETROS, CAIXAS E REGISTROS	PROJETOS REALIZADOS	UNIDADE	1,00
SUBSTITUIÇÃO DE TUBULAÇÃO DE AMIANTO PARA PVC	PROJETOS REALIZADOS	UNIDADE	1,00
REDE DE ÁGUA COM DIÂMETROS DIVERSOS-ESCAVAÇÃO, ASSENTAMENTO DE TUBOS E REATERRO	PROJETOS REALIZADOS	UNIDADE	1,00
SES-SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	PROJETOS REALIZADOS	UNIDADE	1,00
REDE DE ESGOTO COM DIÂMETROS VARIADOS-ESCAVAÇÃO, ASSENTAMENTO DE TUBOS, REATERRO E RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO	PROJETOS REALIZADOS	UNIDADE	1,00
AMPL. E MELHORIA DE BARRAGEM DE NIVEL E INST. DE CAPTAÇÃO	PROJETOS REALIZADOS	UNIDADE	1,00
AMPL. REFORMA E REAPARELHAMENTO DO SISTEMA DE AGUA	PROJETOS REALIZADOS	UNIDADE	1,00
REFORMA DA INSTALAÇÃO ADMINISTRATIVAS DO SAAE	PROJETOS REALIZADOS	UNIDADE	1,00
AMPL. REFORMA E REAPARELHAMENTO DO SISTEMA DE ESGOTO	PROJETOS REALIZADOS	UNIDADE	1,00

Programa
TRÂNSITO SEM ACIDENTES, CONDUTORES CONSCIENTES

Ações	Produtos	(Unid. Medida)	Meta
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA TRANSITO	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
PROGRAMA DE ENGENHARIA DE TRAFEGO	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO DE TRAFEGO	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%

Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETINGA
LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2023
Relatório de Metas e Prioridades

Anexo de Metas e Prioridades (art. 165, § 2º da Constituição Federal)

Programa
DESENVOLVE ITAPETINGA - TRANSPORTE

Ações	Produtos	(Unid. Medida)	Meta
CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS E PONTES	PROJETOS REALIZADOS	UNIDADE	1,00
MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%

Programa
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO

Ações	Produtos	(Unid. Medida)	Meta
IMPLANTAÇÃO DO SIAFIC	PROJETOS REALIZADOS	UNIDADE	1,00
MANUTENÇÃO DO SIAFIC	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DAS AÇÕES DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DAS AÇÕES DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE GOVERNO	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DA GUARDA MUNICIPAL	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE FINANÇAS	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DO TIRO DE GUERRA	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE DESENV. ECONOMICO E AGRICULTURA	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE CULT. ESPORTE E LAZER	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DAS AÇÕES DA COMUTRAN	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE TRANSPORTES	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO SAAE	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%
GESTÃO DAS AÇÕES DA SEC. DE PLANEJAMENTO	SERVIÇOS MANTIDOS	%	100%

Rodrigo Hagge Costa
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETINGA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA DE CÁLCULO
2023

1. Memória e Metodologia de Cálculo da Previsão das Receitas.

Considerando que, para o planejamento governamental, o dimensionamento da disponibilidade de recursos com que se poderá contar para o desenvolvimento das ações é condição necessária para o sucesso da aplicação de recursos, a projeção das receitas é fundamental para determinar as despesas, uma vez que serão a base para a fixação dos gastos.

Buscando demonstrar a metodologia utilizada para elaboração da Previsão de Receitas para o exercício de 2023, 2024 e 2025, projeções essas que servirão como parâmetros para elaboração do Orçamento.

Conforme dispõe o Artigo 30 da Lei nº 4320/64 que intitui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, a estimativa da receita terá como base a arrecadação histórica dos três últimos exercícios, pelo menos, apuradas com base nos demonstrativos de receitas.

1.1 Metodologia de Cálculo utilizada

A metodologia utilizada na projeção de receitas orçamentárias foi baseada no modelo incremental de projeção utilizando a séria histórica de arrecadação.
Este modelo, além de facilitar a compreensão, passo a passo, dos cálculos inerentes às previsões de receita e da simplicidade de utilização, busca traduzir matematicamente o comportamento da arrecadação de uma determinada receita ao longo dos anos anteriores e projeta-se os valores para os anos seguintes.

No modelo incremental de projeção pela série histórica de arrecadação obtêm-se a previsão através da arrecadação anual dos últimos 03 (três) anos anteriores (base de cálculo), corrigida por parâmetros de atualização de valores, baseada na seguinte lógica: considera como base a arrecadação do período anterior, onde se aplica a Variação de Preços (índice de correção da receita por elevação ou queda de preços), a Variação de Quantidade (índice de crescimento ou decrescimento real do setor da economia) e o Efeito Legislação, se ocorrer (variação da receita decorrente de alterações na legislação vigente).

A referida metodologia matematicamente é traduzida pela seguinte fórmula:

$$\mathbf{Re = (Aa)*(1+EP)*(1+EQ)*(1+EL)}$$

Onde:

Re: Receita Estimada
Aa: Arrecadação do Período Anterior
(1+EP): Índice de Variação de Preços
(1+EQ): Crescimento da Economia
(1+EL): Efeito Legislação

1.2 Formação do Banco de Dados dos Últimos três exercícios

Para aplicação da metodologia é elaborado banco de dados contendo as informações históricas dos últimos três exercícios de todas as receitas arrecadadas pela entidade, devidamente classificadas por rubricas conforme demonstrativos contábeis relativos ás prestações de contas dos respectivos exercícios.

Desta, forma apresentamos abaixo as informações históricas de arrecadação:

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADAÇÃO		
	2019	2020	2021
RECEITAS CORRENTES	**169.724.863,60**	**179.932.691,58**	**210.271.342,28**
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	**12.185.304,95**	**13.297.608,40**	**16.409.630,39**
Impostos	12.006.350,74	12.667.103,40	15.459.171,67
Taxas	178.954,21	630.505,00	950.458,72
Contribuição de Melhoria	-	-	-
Contribuições	**1.850.113,94**	**1.898.374,55**	**2.315.373,90**
Receita Patrimonial	**138.612,91**	**55.249,26**	**633.416,02**
Receita Industrial	**-**	**-**	**-**
Receita de Serviços	**9.145.225,84**	**9.049.908,70**	**10.123.070,23**
Transferências Correntes	**145.287.130,02**	**154.397.278,82**	**179.244.841,79**
Participação na Receita da União	43.203.846,12	41.418.105,37	55.425.922,75
Outras Transferências da União	35.308.087,68	47.515.754,59	36.335.881,73
Participação na Receita dos Estados	23.301.440,95	21.586.780,56	27.501.248,15
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-
Transferências de Instituições Públicas	42.660.589,21	43.868.598,30	59.955.293,83
Convênios - Correntes	813.166,06	8.040,00	26.495,33
Outras Receitas Correntes	**1.118.475,94**	**1.234.271,85**	**1.545.009,95**
Outras Receitas Correntes	273.464,05	330.202,93	376.779,01
Demais Receitas Correntes	845.011,89	904.068,92	1.168.230,94
RECEITAS DE CAPITAL	**463.703,53**	**2.711.431,49**	**2.048.074,11**
Operação de crédito	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-
Alienações de Bens	35.000,00	-	-
Convênios -Capital	428.703,53	2.711.431,49	2.048.074,11
(-) DEDUÇÃO DA RECEITA	12.367.456,66	11.838.432,61	15.332.129,90
TOTAL	157.821.110,47	170.805.690,46	196.987.286,49

1.3 Índices de Correção

Os indices utilizados buscam consolidar de forma confiável as projeções do comportamento da economia Brasileira e da Bahia. Para esse estudo foi aplicado o índice oficial de inflação do Brasil,o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, é por ele que se mede as metas inflacionárias,encontrado no Relatório de Inflação do Banco Central. E, o indice de crescimento obtido pelo PIB – Produto Interno Bruto, o qual representa a soma de todos os bens e serviços finais produzidos no país, ambos utilizados para o período de projeção desta peça Orçamentária.

VARIÁVEIS	2023	2024	2025
PIB Nacional (crescimento % anual)	2,50	3,00	3,00
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação.	3,50	3,00	3,00
Projeção do PIB do Estado - R$ milhares	324.100,00	333.800,00	354.120,00

Com base nos anos anteriores é estabelecida a base da arrecadação, utilizamos a média aritmética e sobre esta base aplicamos os fatores capazes de influenciar na arrecadação municipal.
Salientamos que não há metodologia específica para elaboração da projeção das receitas de convênios, pois estas não seguem uma regularidade seqüencial, depende do projeto e da vontade dos órgãos para sua efetivação. Seus valores não sofrem influências estatísticas. Em verdade, o convênio é uma realização de parceria com diversos órgãos federais e estaduais, e normalmente o município executa as ações com recursos externos. Tais valores serão inseridos na projeção de acordo com os instrumentos legais firmados pelas entidades com os respectivos órgãos concedentes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETINGA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA DE CÁLCULO
2023

2. Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Anuais de Receitas, Despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal de Montante

O art. 4º, § 2º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, estabele que o demonstrativo de metas anuais deverá ser instruido com a memória e metodologia de cálculo, visando esclarecer a forma de obtenção dos valores.
A partir desta determinação da lei, foram elaborados modelos de demonstrativos com a memória de cálculo e a metodologia utilizada para a obtenção dos valores relativos, a receitas, despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal e montante da Dívida Pública.
Os modelos desenvolvidos incluem um exemplo prático da forma de elaboração e preenchimento dos valores encontrados.

2.1 Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as receitas

TOTAL DAS RECEITAS

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADAÇÃO		
	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES	**245.902.000,00**	**252.055.489,66**	**259.617.154,35**
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	**18.859.100,00**	**19.331.033,03**	**19.910.964,02**
Impostos	18.625.200,00	19.091.279,88	19.664.018,28
Taxas	233.900,00	239.753,15	246.945,74
Contribuição de Melhoria	-	-	-
Contribuições	**2.183.000,00**	**2.237.627,73**	**2.304.756,56**
Receita Patrimonial	**269.100,00**	**275.834,00**	**284.109,02**
Receita Industrial	**-**	**-**	**-**
Receita de Serviços	**14.562.800,00**	**14.927.221,76**	**15.375.038,41**
Transferências Correntes	**209.287.700,00**	**214.524.947,76**	**220.960.696,19**
Participação na Receita da União (FPM, ITR, IPI)	66.678.400,00	68.346.970,59	70.397.379,71
Outras Transferências da União	48.123.800,00	49.328.057,41	50.807.899,13
Participação na Receita dos Estados	25.972.900,00	26.622.849,86	27.421.535,36
Transferências dos Municípios e de Suas Entidades	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	68.512.600,00	70.227.069,89	72.333.881,99
Convênios -Correntes	-	-	-
Outras Receitas Correntes	**740.300,00**	**758.825,38**	**781.590,14**
Outras Receitas Correntes	424.700,00	435.327,76	448.387,59
Receitas Diversas	315.600,00	323.497,62	333.202,55
RECEITA DE CAPITAL	**1.870.000,00**	**820.019,32**	**844.619,90**
Operação de crédito	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-
Alienações de Bens	70.000,00	-	-
Convênios -Capital	1.800.000,00	820.019,32	844.619,90
(-) DEDUÇÃO DA RECEITA	17.256.800,00	17.688.636,83	18.219.295,94
TOTAL	230.515.200,00	235.186.872,15	242.242.478,32

2.1.1 - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita:

Receita Tributária

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2020	15.962.600,00	0
2021	17.897.700,00	10,81%
2022	14.199.900,00	-26,04%
2023	18.859.100,00	24,71%
2024	19.331.033,03	2,44%
2025	19.910.964,02	2,91%

Cota - Parte do Fundo de Participação dos Municípios

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2020	49.617.200,00	0
2021	60.348.500,00	17,78%
2022	61.225.300,00	1,43%
2023	66.564.100,00	8,02%
2024	68.229.810,33	2,44%
2025	70.276.704,64	2,91%

Transferências de Recursos do SUS

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2020	37.612.500,00	0
2021	34.597.100,00	-8,72%
2022	28.480.200,00	-21,48%
2023	38.935.700,00	26,85%
2024	39.910.032,98	2,44%
2025	41.107.333,97	2,91%

Outras Receitas Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2020	396.400,00	0
2021	410.900,00	3,53%
2022	469.700,00	12,52%
2023	424.700,00	-10,60%
2024	435.327,76	2,44%
2025	448.387,59	2,91%

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETINGA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA DE CÁLCULO
2023

Receitas de Capital

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2020	3.254.800,00	0
2021	2.233.800,00	-45,71%
2022	11.659.200,00	80,84%
2023	1.870.000,00	-523,49%
2024	820.019,32	-128,04%
2025	844.619,90	2,91%

2.2 Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas

TOTAL DAS DESPESAS			
ESPECIFICAÇÃO	EXECUÇÃO		
	2023	2024	2025
DESPESAS CORRENTES	**206.761.355,69**	**223.839.823,65**	**230.555.018,36**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	130.452.018,13	133.716.469,60	137.727.963,69
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	126.390,67	129.553,49	133.440,10
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	76.182.946,89	89.993.800,56	92.693.614,58
DESPESAS DE CAPITAL	11.070.030,35	11.347.048,50	11.687.459,96
INVESTIMENTOS	9.376.160,98	9.610.791,49	9.899.115,23
INVERSOES FINANCEIRAS	1.599,08	1.639,09	1.688,26
CONCESSAO DE EMPRESTIMOS	-	-	-
AQUISIÇÃO DE TITULO DE CAPITAL	-	-	-
DEMAIS INVERSOES FINANCEIRAS	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	1.575.004,79	1.614.417,96	1.662.850,50
RESERVA DE CONTINGENCIA	117.265,50	120.199,97	123.805,97
TOTAL	217.831.386,04	235.186.872,15	242.242.478,32

Pessoal e Encargos Sociais

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2020	126.431.143,12	0
2021	136.186.358,97	7,16%
2022	123.000.200,00	-10,72%
2023	130.452.018,13	5,71%
2024	133.716.469,60	2,44%
2025	137.727.963,69	2,91%

Juros e Encargos da Dívida

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2020	41.515,59	0
2021	37.893,10	-9,56%
2022	282.000,00	86,56%
2023	126.390,67	-123,12%
2024	129.553,49	2,44%
2025	133.440,10	2,91%

Reserva de Contingência

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2020	-	0
2021	-	0%
2022	220.000,00	100,00%
2023	117.265,50	-87,61%
2024	120.199,97	2,44%
2025	123.805,97	2,91%

Investimentos

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2020	4.602.573,98	0%
2021	4.535.692,05	-1,47%
2022	17.899.700,00	74,66%
2023	9.376.160,98	-90,91%
2024	9.610.791,49	2,44%
2025	9.899.115,23	2,91%

Outras Despesas Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2020	57.420.355,26	0%
2021	56.650.050,63	-1,36%
2022	60.581.300,00	6,49%
2023	76.182.946,89	20,48%
2024	89.993.800,56	15,35%
2025	92.693.614,58	2,91%

Amortização da Dívida

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2020	1.727.840,93	0%
2021	1.478.644,96	-16,85%
2022	1.459.200,00	-1,33%
2023	1.614.417,96	9,61%
2024	1.662.850,50	2,91%
2025	1.662.850,50	0,00%

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETINGA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA DE CÁLCULO
2023

2.3 - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

Em atendimento ao artigo 4º, § 2º, inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, fazemos, a seguir, uma demonstração a respeito da memória de cálculo das metas de resultado primário, para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios subsequentes.

META FISCAL - RESULTADO PRIMARIO			
ESPECIFICAÇÃO	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES (I)	228.645.200,00	234.366.852,83	241.397.858,42
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	18.859.100,00	19.331.033,03	19.910.964,02
Contribuições	2.183.000,00	2.237.627,73	2.304.756,56
Receita Patrimonial	269.100,00	275.834,00	284.109,02
Aplicações Financeiras (II)	253.200,00	259.536,12	267.322,20
Outras Receitas Patrimoniais	15.900,00	16.297,88	16.786,82
Transferências Correntes	192.030.900,00	196.836.310,93	202.741.400,26
Demais Receitas Correntes	15.303.100,00	15.686.047,14	16.156.628,55
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (III) = (I - II)	**228.392.000,00**	**234.107.316,71**	**241.130.536,22**
RECEITA DE CAPITAL (IV)	1.870.000,00	820.019,32	844.619,90
Operações de Crédito (V)	-	-	-
Amortização de Empréstimos (VI)	-	-	-
Alienação de Ativos	70.000,00	-	-
Transferência de Capital	1.800.000,00	820.019,32	844.619,90
Outras Receitas de Capital			
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI)	**1.870.000,00**	**820.019,32**	**844.619,90**
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX) = (III+VIII)	**230.262.000,00**	**234.927.336,04**	**241.975.156,12**
DESPESAS CORRENTES (X)	206.761.355,69	223.839.823,65	230.555.018,36
Pessoal e Encargos Sociais	130.452.018,13	133.716.469,60	137.727.963,69
Juros e Encargos da Dívida (XI)	126.390,67	129.553,49	133.440,10
Outras Despesas Correntes	76.182.946,89	89.993.800,56	92.693.614,58
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTE (XII) = (X-XI)	**206.634.965,02**	**223.710.270,16**	**230.421.578,26**
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	10.952.764,85	11.226.848,53	11.563.653,99
Investimentos	9.376.160,98	9.610.791,49	9.899.115,23
Inversões Financeiras	1.599,08	1.639,09	1.688,26
Amortização da Dívida (XIV)	1.575.004,79	1.614.417,96	1.662.850,50
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	**9.377.760,06**	**9.612.430,58**	**9.900.803,49**
RESERVA DE CONTINGENCIA (XVI)	117.265,50	120.199,97	123.805,97
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVII) = (XII+XV+XVI)	**216.129.990,58**	**233.442.900,70**	**240.446.187,73**
RESULTADO PRIMARIO (IX-XVII)	**14.132.009,42**	**1.484.435,33**	**1.528.968,39**

2.4 - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

Em atendimento ao artigo 4º, § 2º, inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, fazemos, a seguir, uma demonstração a respeito da memória de cálculo das metas de resultado nominal, para o exercício financeiro a que se refere a LDO.

META FISCAL - RESULTADO NOMINAL			
ESPECIFICAÇÃO	2023	2024	2025
RECEITA PRIMARIA TOTAL (I)	**230.262.000,00**	**234.927.336,04**	**241.975.156,12**
DESPESA PRIMARIA TOTAL (II)	**216.129.990,58**	**233.442.900,70**	**240.446.187,73**
RESULTADO PRIMÁRIO (III) (I - II)	**14.132.009,42**	**1.484.435,33**	**1.528.968,39**
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	1.469.100,00	1.505.811,87	1.550.986,23
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	-	-	-
RESULTADO NOMINAL - (VI) = III + (IV - V)	**15.601.109,42**	**2.990.247,21**	**3.079.954,62**

Nota: O cálculo das Metas Anuais relativas ao Resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN.

2.5 - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública

Em atendimento ao artigo 4º, § 2º, inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, fazemos, a seguir, uma explanação a respeito da memória de cálculo das metas anuais para o Montante da Dívida Pública, para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois subsequentes.

META FISCAL MONTANTE DA DIVIDA			
ESPECIFICAÇÃO	2023	2024	2025
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	68.069.300,00	68.158.216,70	68.540.112,71
Dívida Mobiliária	-	-	-
Outras Dívidas	68.069.300,00	68.158.216,70	68.540.112,71
DEDUÇÕES (II)	-	-	-
Disponibilidade de Caixa	-	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	8.721.800,00	8.940.098,21	9.208.301,16
(-) Restos a Pagar Processados	14.958.800,00	15.333.081,61	15.793.074,06
Haveres Financeiros	-	-	-
DCL (III) = (I-II)	**68.069.300,00**	**68.158.216,70**	**68.540.112,71**